

HUMANAS E SOCIAIS

V.10 • N.1 • 2023 • Fluxo Contínuo

ISSN Digital: 2316-3801

ISSN Impresso: 2316-3348

DOI: 10.17564/2316-3801.2023v10n1p135-143



A QUESTÃO DA DEPRESSÃO NA ADOLESCÊNCIA: OS RISCOS DAS ABORDAGENS UNILATERAIS E NATURALIZANTES

THE ISSUE OF DEPRESSION IN ADOLESCENCE: THE RISKS OF UNILATERAL AND NATURALIZING APPROACHES

EL PROBLEMA DE LA DEPRESIÓN EN LA ADOLESCENCIA: LOS RIESGOS DE LOS ENFOQUES UNILATERALES Y NATURALIZADORES

Iule Lourraine da Silva Landinho¹
Marcelo Rythowem²

RESUMO

Objetivo: problematizar as repercussões que perspectivas unilaterais e naturalizantes exercem sobre o estudo do fenômeno da depressão vivenciado no período da adolescência. **Método:** pesquisa qualitativa. **Resultados:** é preciso ter cautela no que tange à perspectiva naturalizante da adolescência bem como à definição de sofrimento psíquico, visto que ele é fruto do contexto histórico-cultural vigente. **Conclusões:** não consideramos que a adolescência seja uma fase pré-definida, com características universais e muito menos uma fase natural do desenvolvimento. Ela é fruto de uma construção histórica e por esse motivo é impossível ditar características universais e comuns, passíveis de generalização. Ademais, concluímos que algumas exigências dos tempos modernos contribuem com o sofrimento psicológico experienciado pelo indivíduo.

PALAVRAS-CHAVE

Adolescência. Depressão. Problematização

ABSTRACT

This article aims to problematize the repercussions that unilateral and naturalizing perspectives have on the study of the phenomenon of depression experienced during adolescence. The used method was qualitative research. As results we concluded that it is necessary to be careful with regard to the naturalizing perspective of adolescence as well as the definition of psychological suffering, since it is the result of the current historical-cultural context. Thus, we do not consider adolescence to be a pre-defined phase, with universal characteristics, much less a natural phase of development. It is the result of a historical construction and for this reason it is impossible to dictate universal and common characteristics, subject to generalization. Furthermore, we conclude that some demands of modern times contribute to the psychological suffering experienced by the individual.

KEYWORDS

Adolescence. Depression. Problematization

RESUMEN

Objetivo: problematizar las repercusiones que tienen las perspectivas unilaterales y naturalizadoras en el estudio del fenómeno depresivo vivido en la adolescencia. **Método:** investigación cualitativa. **Resultados:** es necesario tener cuidado con la perspectiva naturalizadora de la adolescencia, así como con la definición del sufrimiento psíquico, ya que es el resultado del contexto histórico-cultural actual. **Conclusiones:** no consideramos la adolescencia como una fase predefinida, con características universales, y mucho menos como una fase natural del desarrollo. Es el resultado de una construcción histórica y por ello es imposible dictar características universales y comunes, sujetas a generalización. Además, concluimos que algunas exigencias de los tiempos modernos contribuyen al sufrimiento psíquico experimentado por el individuo.

PALABRAS CLAVE

Adolescencia. Depresión. Problematización

1 INTRODUÇÃO

O tema adolescência é habitualmente carregado de inúmeros atributos relacionados à rebeldia, instabilidade e egoísmo, entre outros. Pode-se afirmar que esse modo de definir os adolescentes já está consolidado nas mais diversas representações sociais. Contudo, compreender a realidade sob essa ótica não contribui com o processo de atendimento das demandas desse público, pois pode comprometer o desenvolvimento de políticas públicas adequadas para suas necessidades, não reconhecendo seu protagonismo e sua singularidade.

É necessário problematizar essas representações. Nesse sentido propõe-se, neste artigo, superar o certo senso comum e discutir duas concepções teóricas sobre a abordagem conceitual dessa temática, quais sejam a ideia naturalizante e a sócio-histórica acerca da adolescência. Dessa forma, além de ampliar o debate e a compreensão de forma contextualizada pode-se aprofundar o enfoque conceitual de forma crítica, deslegitimando certos consensos naturalizantes de situações que são estritamente sociais e culturais.

De acordo com Papalia (2013), a adolescência é uma fase situada entre a infância e a vida adulta em que o indivíduo passa por diversas mudanças de cunho biopsicossocial, sendo que a forma como as pessoas lidam com ela se modifica de acordo com cada cultura, local e crenças predominantes. No entanto, perante o cenário adotado, podemos nos indagar: a visão naturalizante é benéfica aos nossos adolescentes?

À vista disso, de em conformidade com a Associação Americana de Psiquiatria (2014), podemos sintetizá-lo da seguinte maneira: humor triste/depressivo; redução do interesse em atividades que outrora eram tidas como prazerosas; considerável diminuição ou aumento de peso sem estar sob regime; significativa dificuldade ou facilidade para dormir (também chamadas de insônia e hipersonia); excitação ou desaceleração psicomotora; baixa energia nas atividades cotidianas; sensação persistente de inutilidade e culpa; dificuldade de pensar, aprender e deliberar; pensamento frequente sobre morte. É importante ressaltar que para a realização do diagnóstico é necessário que pelo menos 5 (cinco) dos 9 (nove) sintomas existam e, somado a isso, que esses sintomas durem por pelo menos duas semanas.

Sobre isso, Dunker (2021) afirma que a depressão, na sociedade contemporânea, a sociedade do capital, pode se transformar em um instrumento de exclusão social, visto que as narrativas que têm sido desenvolvidas culpabilizam o sujeito e acabam por desprezar o aspecto político presente nessa dinâmica. Dessa maneira, os indivíduos que de algum modo não se adequam, não produzem economicamente como lhes é demandado, não desejam consumir significativamente, apresentam desempenho escolar inferior à norma, desejo sexual diminuído e não fruem a experiência de forma intensa tendem a ser desprezados, pois, afinal, a circunstância descrita, para o presente sistema, é inconcebível.

2 MÉTODO

A abordagem da pesquisa consiste na pesquisa qualitativa, visto que nesse tipo de pesquisa se busca explicar sobre a razão dos fenômenos, compreendendo o que deve ser feito. Além disso, esse

tipo de pesquisa dispõe de outros importantes atributos, como: clarificação do fenômeno, busca pela fidedignidade e relação entre objetivos, pressupostos teóricos e dados coletados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Noutras palavras, a análise que foi realizada nesta pesquisa foi a qualitativa.

De acordo com Triviños (1987), outros atributos importantes da pesquisa qualitativa consistem em buscar entender a essência do fenômeno em pauta, além de tentar compreender seus motivos, correlações, modificações tentando inferir suas repercussões na vida do indivíduo.

Podemos acrescentar que, nesse tipo de pesquisa, não se dá importância somente ao resultado da pesquisa, mas também ao processo. Outro ponto de destaque se fundamenta no processo dialético indutivo-dedutivo, sendo que o processo indutivo consiste no entendimento do fenômeno a partir de sua concretude, de como ele é. Já o processo dedutivo diz respeito à necessidade de um aporte teórico que de algum modo valide determinada prática social. Em outros termos, o fenômeno social deve ser observado em sua realidade, embasado numa teoria (TRIVIÑOS, 1987). Foi assim, portanto, que conduzimos o estudo em pauta.

3 RESULTADOS

A perspectiva adotada pela autora Papalia (2013) é naturalizante, ou seja, adota alguns atributos como naturais e intrínsecos ao indivíduo adolescente, o que não corresponde ao que compactuamos, na presente pesquisa, como sendo a visão que possuímos acerca do ser humano e, especialmente, da adolescência. Acreditamos que o adolescente deve ser visto como um participante da sociedade importante e que por esse motivo precisa ter suas necessidades reconhecidas e legitimadas.

Esta fase, inclusive muitas vezes chamada de “aborrescência”, é vista como cheia de crises e por isso ele passa a ser concebido como um ser rebelde, difícil, instável, orgulhoso, agressivo, egoísta, dentre tantos outros adjetivos.

Um exemplo da visão naturalizante é o que Facci e Tomio (2009) apresentam. Para as autoras, existem quatro mitos acerca da adolescência, são eles: o da instabilidade emocional; que as dificuldades que surgem são específicas dessa fase; a necessidade dos jovens de maior afastamento dos pais produz conflitos significativos e que sempre haverá um abismo perpassando as gerações. Assim, temos que é problemático somente reproduzir esses discursos que permeiam nosso meio social e não lançar críticas sobre tal forma de pensamento.

Somado a isso, devemos nos atentar para a conjuntura de que cada sociedade desenvolve normas próprias, em outros termos, estabelece para si um conjunto específico de sanções. Em conformidade com o pensamento de Safatle, Junior e Dunker (2020, p. 12), “é possível dizer que cada época prescreve a maneira como devemos exprimir ou esconder, narrar ou silenciar, reconhecer ou criticar modalidades específicas de sofrimento”. Destarte, entendemos que o meio social exerce influência direta tanto sobre a definição quanto à experiencição do sofrimento psíquico e, portanto, o contexto histórico-cultural não deve ser ignorado.

Portanto, os critérios para o estabelecimento de transtornos se alteram conforme o meio social vigente. Assim, o DSM-V estabeleceu normas embasadas numa sociedade específica, a saber: a americana.

Por esta razão, importa cautela no que concerne à reprodução, para a nossa cultura brasileira, dos padrões de patológico e normal, pois, como preconizado por Canguilhem (2009), a instauração de tais critérios advém do interesse predominante de dada sociedade. Logo, esta dita o patológico e o normal e qualquer desvio à norma aceita culturalmente, ou seja, os comportamentos que divergem da média, são percebidos como patologia.

4 DISCUSSÃO

Para Bock (2007), a visão naturalizante é negativa por não oportunizar leituras críticas do meio social o que sequentemente gera políticas deficitárias ou pouco satisfatórias para os jovens, em outros termos, dificuldades para enxergá-los e lidar com eles de forma mais adequada. Como consequência disso, se culpabiliza o adolescente e seus responsáveis por questões de origem social, como a violência.

León (2005) vai ao encontro da perspectiva exposta, visto que ele compreende a adolescência como sendo reverberação das estruturas e das questões presentes na sociedade. Como complemento à visão que aqui tem sido defendida, o documento “Proteger e Cuidar da Saúde de Adolescentes na Atenção Básica”, desenvolvido pelo Ministério da Saúde (2017, p. 46), versa ainda que a não observância de questões socioculturais traz como desfecho “tornar aquele que sofre ainda mais vulnerável”.

Isto é, além de nossa análise da adolescência ser incompleta se a devida consideração ao ambiente social não existir, correríamos o risco de acentuar a vulnerabilidade por vezes já apresentada pelo público jovem. As falas desses autores decerto correspondem ao que a visão sócio-histórica abarca.

Assim sendo, por ser resultado de condições históricas e conjunturais, convém que, na verdade, se respeite e faça respeitar a trajetória percorrida por cada indivíduo, como recomenda o documento “Proteger e Cuidar da Saúde de Adolescentes na Atenção Básica”, produzido pelo Ministério da Saúde em 2017. Tal perspectiva também deve ser trazida para o campo da Educação, pelo fato de que dar importância a tais itinerários apreende perceber o jovem como sujeito social, compreendendo, portanto, o jovem para além do ‘vir a ser’.

Conforme o pensamento de Dayrell (2003), é preciso olharmos para o jovem e vê-lo como sendo um sujeito social. Isso compreende que consideramos o jovem um sujeito apto a desenvolver suas particulares reflexões, perceber o mundo com seus próprios olhos, estabelecer suas próprias deliberações.

Outra perspectiva comumente utilizada e que nos leva a conceber equívocos reside em enxergar o jovem como um mero ‘vir a ser’, noutras palavras, o jovem passa a ser validado pela vida adulta, tendo, por conseguinte, negado seu momento atual bem como as complexidades inerentes a este momento. Assim, continua discutindo o autor em questão, “em nome do ‘vir a ser’ do aluno, traduzido no diploma e nos possíveis projetos de futuro, tende-se a negar o presente vivido do jovem como espaço válido de formação, assim como as questões existenciais que eles expõem, bem mais amplas do que apenas o futuro” (DAYRELL, 2003, p. 41).

Face ao apresentado, convém dizer que a formação oferecida não deve se fixar no futuro do aluno de modo tão significativo a ponto de se desprezar o presente e os dilemas existenciais experienciados

pelo alunado. Ainda mais diante da posição de importância ocupada pela instituição escolar na vida da maior parte dos alunos, como descreve Papalia (2013).

Sob esta direção, Desviat (2021) discorre que a Ciência Médica buscou patologizar minorias que estivessem mais vulneráveis à exploração industrial. Tal realidade, quando aplicada a nosso cenário atual, se modifica porque a patologização não se restringe mais a determinados grupos sociais, mas atinge à toda a sociedade. Por conseguinte, há a medicalização do mal-estar, que consiste numa forma de fuga da responsabilidade social e psiquiatrizo o mal-estar.

Han (2021) ainda traz que o trabalho nos cansa por um intervalo de tempo específico. Todavia, possuímos uma compulsão de realização caracterizada por uma pressão interna, em que, na busca incessante por vencermos a nós mesmos, nos exploramos até entrarmos em estado de colapso. Desse modo, “o sujeito realizador acredita que é livre, quando na verdade é um escravo. É um escravo absoluto na medida em que se explora voluntariamente, mesmo sem a presença de um senhor” (HAN, 2021, on-line). Em suma, o autor em pauta reconhece que a depressão pode ser desencadeada pelo nível de esgotamento gerado a partir da procura infundável por conquistas.

Em se tratando da reverberação do neoliberalismo sobre a noção vigente de normalidade psicológica, Safatle (2020) refere que tudo o que destoa do padrão social, passa a ser considerado patologia. É imprescindível termos um olhar crítico quanto a esse cenário.

Neste contexto, um fenômeno que vem sendo observado consiste no crescimento do número de diagnósticos de depressão. Assim, observa-se exagerada normalização da depressão, normalização essa que foi intensificada após a publicação da 5ª versão do Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) (RIBEIRO *et al.*, 2020; DUNKER, 2021). Esta realidade nos leva a determinados questionamentos: até que ponto nos beneficiamos com os manuais diagnósticos? Como seria o diagnóstico da depressão se não tivéssemos o DSM-V? A que ou a quem serve essa crescente quantidade de diagnósticos?

Contudo, apesar de esses serem os sintomas indicativos de depressão, que fundamentam a existência de diagnóstico, é essencial adotarmos uma postura crítica quanto ao fenômeno da depressão em nossa sociedade, para que não caiamos no equívoco de adotarmos concepções naturalizantes ou biologizantes da depressão. Posto que, tratar da depressão como um transtorno psíquico meramente orgânico e individual pode levar a uma concepção distorcida de sua etiologia e, por consequência, a formas de tratamento que não sejam capazes de devolver ao sujeito o mínimo de condições para uma vida satisfatória.

Em trabalho recente, publicado na Revista Molecular Psychiatry, Amendola e outros (2022) sustentam que, após uma exaustiva revisão sistemática de literatura sobre a hipótese da teoria química da depressão, até agora, apesar de todo o esforço de estudo e pesquisa, não se produziu evidências convincentes de uma base bioquímica para a depressão baseado na hipótese da serotonina. Propõem que, portanto, é hora de reconhecer que a teoria da serotonina da depressão não é empiricamente comprovada.

Essa constatação reforça o que se procurou sustentar neste trabalho: é preciso reconhecer que o sofrimento psíquico não pode renunciar à investigação sobre a história do sujeito, estabelecer relações entre as condições sociais, suas relações interpessoais, a forma como se organiza sua vida econômica e as possibilidades que se descortinam no horizonte futuro. As concepções naturalizantes tendem a sobrecarregar o já insuportável fardo da culpa por seu padecimento, pois ao não reconhecer

que o desamparo e os vínculos extremamente frágeis e superficiais, que caracterizam a sociedade erigida sobre uma base neoliberal, podem sobrecarregar ainda mais o sofrimento.

5 CONCLUSÃO

Portanto, não consideramos que a adolescência seja uma fase pré-definida, com características universais e muito menos uma fase natural do desenvolvimento. Ela é fruto de uma construção histórica e por esse motivo é impossível ditar características universais e comuns, passíveis de generalização.

Outrossim, no que se refere às repercussões do capitalismo contemporâneo sobre o indivíduo, Matos (2012, p. 73) faz importantes considerações. Ela desenvolve as seguintes questões: “Será que realmente o homem contemporâneo está encontrando a felicidade tão almejada? Porque os níveis psicopatológicos têm se elevado tanto na atualidade? Porque vivemos na era do vazio existencial?”. Logo após, a autora segue abordando alguns sintomas psicológicos dos tempos modernos. Conforme sua visão, a maneira como nossa sociedade foi constituída torna os indivíduos mais propensos ao desenvolvimento de transtornos psicológicos que estão relacionados à autoimagem e à eficácia de si. A exigência do “indivíduo autônomo, bem sucedido e belo” (MATOS, 2012, p. 74) decerto contribui para tal fim.

REFERÊNCIAS

AMENDOLA, S. *et al.* The serotonin theory of depression: a systematic umbrella review of the evidence. **Molecular Psychiatry**. The serotonin theory of depression: a systematic umbrella review of the evidence (nature.com).

ASSOCIAÇÃO Americana de Psiquiatria. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5)**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnostico-eEstatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf>. Acesso em: 15 agos.2022

BOCK, A. M. B. *et al.* O. **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Ministério Da Saúde. **Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. Disponível em: <https://app.uff.br/slab/uploads/GeorgesCanguilhem-ONormaleoPatologico.pdf>. Acesso em: 15 agos. 2022

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, nº 24, p. 40-52, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?format=pdf>. Acesso em: 15 agos. 2022

DESVIAT, M. A mercantilização do mal-estar. **Revista IHU**, nov. 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/614471-a-mercantilizacao-do-mal-estar>. Acesso em: 15 agos. 2022

DUNKER, C. **Uma biografia da depressão**. São Paulo: Planeta, 2021.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

HAN, B-H. O vírus capitalista do cansaço incessante. **Instituto Humanitas Unisinos**. 13 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/609285-o-virus-capitalista-do-cansaco-inecessante>. Acesso em: 15 agos. 2022

LEÓN, O. D. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. *In*: VIRGINIA, M. F. (org.). **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa; Friedrich Ebert Stiftung, 2005.

MATOS, D. C. Felicidade e sentido de vida na sociedade consumo. **Revista Logos & Existência: Revista da Associação Brasileira de Logoterapia e Análise Existencial**, v. 1, n. 1, p. 72-78, 2012.

NEVES, A. *et al.* A psiquiatria sob o neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si. *In*: SAFATLE, V.; JUNIOR, N. S.; DUNKER, C. (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

PAPALIA, D. E., OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH Editorial Ltda, 2013. 800 p.

RIBEIRO, A. S. *et al.* Psicopatologia na contemporaneidade: análise comparativa entre o DSM-IV e o DSM-V. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 32, n. 1, p. 46-56, jan.-abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/nHxJJnLVNfBzMD9FPjRSvvn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 agos. 2022

TOMIO, N. A. O.; FACCI, M. G. D. Adolescência: uma análise a partir da psicologia sócio-histórica. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v. 12, n. 1, p. 89-99, jan./abr. 2009.

TRIVIÑOS, A. N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Recebido em: 8 de Setembro de 2022

Avaliado em: 28 de Dezembro de 2022

Aceito em: 30 de Março de 2023



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

Copyright (c) 2023 Revista Interfaces Científicas - Humanas e Sociais



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

1 Psicóloga, Centro Universitário Luterano de Palmas-TO – CEULP/ULBRA; Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – campus Palmas.

E-mail: psi.iulelandinho@gmail.com

2 Doutor em Educação pela Universidade Federal de Goiás – UFG; Graduado em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo. E-mail: marcelo@ifto.edu.br. A Saúde Mental no Ensino Médio Integrado: oficinas de resiliência como uma proposta de omnilateralidade. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – campus Palmas. 2022.

